

CONCESSÕES Depois de ter anunciado a divulgação de 17 estatais que seriam privatizadas de imediato, o governo acabou informando apenas nove empresas

Primeira etapa do pacote de privatização inclui Correios

DA REDAÇÃO E AGENCIAS

O pacote de privatizações do governo federal, que inicialmente previa a oferta de 17 companhias estatais, foi desidratado. Na tarde de quarta-feira, apenas nove empresas foram listadas dentro do programa de desestatização: ABGF, Emgea, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitech, Telebras e Correios.

Para chegar ao número de 17, o governo citou a Lotex, que já passou por duas tentativas frustradas de leilão, a venda de ações do Banco do Brasil detidas pela União e seis estatais que já estavam no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). A Lotex, no entanto, nem pode ser caracterizada como estatal, pois é uma atividade da Caixa Loterias, e não uma sub-sidiária.

Ao tentar explicar as informações trocadas, o secretário especial de Desestatizações, Salim Matar, disse que houve "equívoco de informação" e que, na realidade, as 17 ofertas se referiam ao que está no "pipeline" do governo.

Sem prazos
Prazos também não foram informados, apesar da insistência dos jornalistas em entender o cronograma do governo. "O mais importante não é prazo, é a atitude", res-



Ideia é passar serviço postal para a iniciativa privada

ESTATAIS DA LISTA

Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras): Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp): Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); **Serviço Federal de Processamento de Dados (Serp)** : Empresa Gestora de Ativos (Emgea); **Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec)**: Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo; **Gestão de Agências Brasileira (Gestor de Fundos Garantidores e Garantias (ABGE)**

pondeu Salim.

Durante a apresentação do plano, o governo falou em também incluir creches, presídios e parques no programa de privatizações, mas não explicou quais seriam os projetos.

A viabilidade do plano ainda depende de análise do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por decisão do Supremo Tribunal Federal, é proibida a privatização de estatais sem aprovação do Congresso. Pela mesma decisão, o

governo só pode vender as subsidiárias.

De acordo com o governo, esses estudos vão indicar se há condições de mercado para concretizar a venda das estatais. As análises também poderão recomendar a manutenção da estatal ou a extinção da empresa.

Posição nordestina

Na Carta de Teresina, divulgada após reunião de ontem (veja texto em B3), os governadores do Nordeste demonstram preocupação com o anúncio do governo federal sobre a privatização de estatais.

"Essa carta resume o posicionamento dos estados do Nordeste. Entre eles, nos preocupa bastante que esse anúncio de privatizações realizado hoje não venha endossado com estudos que demonstram que será feito de prestação de serviços nessas áreas", afirmou o governador da Bahia e presidente do consórcio, Rui Costa, em entrevista coletiva.

No documento, os governadores dão atenção especial aos Correios e à Eletrobras. "Sem estudos técnicos aprofundados e a necessária compreensão de todos os impactos, tais vendas poderão trazer consequências negativas para a soberania nacional e um possível retrocesso à integração regional", diz trecho da carta.

NOVA 'CPMF'

FGTS

Guedes admite criar tributo: 'Se for baixinho, não distorce'

Correntista da Caixa tem até domingo para liberar crédito

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

DA REDAÇÃO E AGENCIAS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que encaminhará em breve ao Congresso Nacional proposta de reforma tributária.

Segundo ele, poderá ser

proposta a criação de um imposto sobre transações fi-

nanceiras, parecido com a contribuição provisória sobre movimentação financeira, criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, e depois extinta.

"O imposto sobre transac-

ções foi usado e apoiado por todos os economistas brasileiros no governo Fernando Henrique. O imposto tem uma capacidade de tributação muito rápida, muito intensa. Ele põe dinheiro no caixa rápido", Guedes expli-

cou que, para que ocorra a volta do imposto, haverá redução na tributação sobre a base de pagamentos para estimular o emprego.

"Se for baixinho [o imposto], não distorce tanto [a eco-

nomia]. Mas essa vai ser uma opção da classe políti-

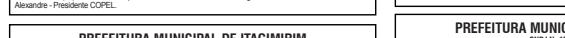
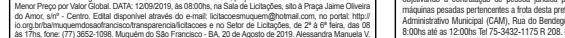
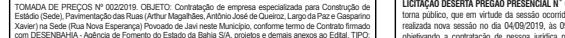
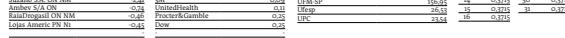
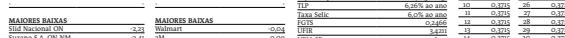
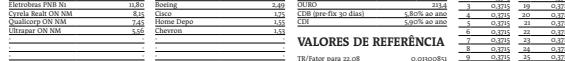
ca. Eles têm que decidir. Podemos propor uma desoneração na folha de pagamen-

tos, a troco desse imposto. Se a classe política achar que as distorções causadas por esse imposto são piores do que os 30 milhões de desempregados sem carteira de trabalho, eles decidem. É uma opção difícil, é um trabalho difícil", disse.

INDICADORES

MERCADOS

BOLSAS PELO MUNDO (VARIAÇÃO%)



Todas as cotações em www.bovespa.com.br

Todas as cotações em www.dowjones.com.br

Todas as cotações em www.nasdaq.com.br

Todas as cotações em www.milao.com.br

Todas as cotações em www.paris.com.br

Todas as cotações em www.frankfurt.com.br

Todas as cotações em www.espn.com.br

Todas as cotações em www.madrid.com.br

Todas as cotações em www.londres.com.br

www.atarde.com.br

Confira outros indicadores da economia no portal de A TARDE

SEU BOLSO

ÍNDICE DE PREÇOS

INFLAÇÃO

INFLAÇÃO / INFLAÇÃO

INFLAÇÃO /